



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

PROCESSOS: MP nº 01/00808/15 e CETESB nº 01/00194/13
INTERESSADO: Ministério Público do Estado de São Paulo – GAEMA de Piracicaba
ASSUNTO: Licenciamento ambiental das Obras de Implantação do Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Palmeiras em Piracicaba (SP)

1 INTRODUÇÃO

A presente Informação Técnica foi elaborada pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR desta Companhia, tratando-se de manifestação deste Setor em atenção ao Ofício nº 983/2015-ecbd (Ref: Inquérito Civil nº 14.1096.0000001/2015-2) emitido em 15.12.2015 pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo, referente ao licenciamento ambiental das Obras de Implantação do Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Palmeiras, no município de Piracicaba, de responsabilidade da empresa Piracicaba Ambiental S.A. (Processo nº 01/00194/13).

Informa-se que o Ofício nº 983/2015-ecbd foi encaminhado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA por meio do Despacho Especial CONSEMA nº 111/2015 de 18.12.2015.

Por meio do Ofício nº 983/2015-ecbd, endereçado ao CONSEMA, o Sr. Promotor de Justiça Ivan Carneiro Castanheiro (no exercício de primeira função) encaminhou mídia digital (CD) contendo arquivos do Inquérito Civil nº 14.1096.0000001/2015-2 para conhecimento do Secretário Executivo e dos demais conselheiros do CONSEMA, com o objetivo de *“embasar a decisão a ser tomada quando da apreciação do EIA/RIMA do retrocitado empreendimento”*.

Entre os arquivos da mídia digital encaminhada, consta novo Parecer Técnico (**Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 de 10.12.2015**) elaborado pelos assistentes técnicos do Ministério Público, Biol. Michel Metran da Silva e Eng. Civil Caroline Tomazoni Santos, que trata de uma *“análise sobre o atendimento do TdR do EIA do Aterro Sanitário CTR Palmeiras; da Recomendação Ministerial nº 01/15; do Parecer dos Comitês de Bacia PCJ e outras considerações.”*

Sobre o **Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15**, o Sr. Promotor de Justiça informou que *“não houve tempo hábil deste signatário para uma análise mais detalhada das constatações técnicas e suas respectivas análises, de modo a possibilitar o debate aprofundado dos fatos ali analisados com os nobres conselheiros. Aliás, não houve nem mesmo tempo hábil para prévio envio do mencionado Parecer aos nobres conselheiros”*. Informa-se, ainda, que por meio do Ofício nº 983/2015-ecbd, foi solicitado ao CONSEMA que se retirasse da pauta da 337ª Reunião Ordinária do Plenário de 16.12.2015, a apreciação do EIA/RIMA do empreendimento, para que se desse vistas ao processo.

É importante ressaltar que a CETESB já respondeu diversos pedidos do Ministério Público com informações técnicas de esclarecimentos em tempo hábil para a convocatória da Reunião Plenária do CONSEMA. Ressalta-se, ainda, que o Ministério Público solicitou cópias digitalizadas do processo, as quais foram fornecidas pela CETESB também antes da referida reunião.

A presente Informação Técnica foi fundamentada nas informações constantes do Processo MP nº 01/00808/15 e Processo CETESB nº 01/00194/13.

2 HISTÓRICO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Em 26.06.2013 foi protocolizado o Plano de Trabalho para a elaboração do EIA/RIMA das Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba - CTR Palmeiras, contemplando



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

um Sistema de Tratamento Mecânico Biológico (para o reaproveitamento de materiais recicláveis, transformação da fração orgânica em composto ou combustível e redução do volume de material a ser disposto em aterro) e um Aterro Sanitário (para disposição final de rejeitos), além de estruturas de apoio. Em 20.09.13 foi emitido o Parecer Técnico nº 058/13/IPSR, estabelecendo o Termo de Referência para a elaboração do EIA/RIMA.

16.04.14, face aos termos da Parceria Público Privada firmada entre a Prefeitura do município de Piracicaba e o empreendedor, foi protocolizada consulta referente à forma e ao instrumento para o licenciamento individual da unidade de Tratamento Mecânico Biológico – TMB, tendo em vista que a unidade de TMB estaria sendo tratada de forma independente, com cronograma de implantação distinto, com vistas ao tratamento e à redução do volume de resíduos a serem enviados a Aterros Sanitários situados em outros municípios. Em 30.06.2014 foi emitido o Parecer Técnico nº 044/14/IPSR, por meio do qual foi concluído que o licenciamento ambiental específico da unidade de TMB para fins de tratamento e redução de volume de resíduos poderia ser conduzido em todas as suas fases na Agência Ambiental de Piracicaba – CJP, uma vez que: a área de implantação do empreendimento é desprovida de cobertura vegetal nativa, sendo ocupada pelo cultivo de cana de açúcar; não está prevista intervenção em recursos hídricos e em Áreas de Preservação Permanente – APPs; não ocorrem núcleos densamente urbanizados no entorno da área de implantação do empreendimento; o incremento no tráfego da via de acesso é pouco significativo para a região sob influência do empreendimento. Os principais impactos ambientais esperados com a implantação da unidade de TMB estão relacionados à emissão de poluentes e estão associadas a aspectos cujo controle e fiscalização é de atribuição da Agência Ambiental de Piracicaba - CJP.

Em 08.08.2014 foi emitida pela Agência Ambiental de Piracicaba a Licença Prévia – LP nº 21001814, para a unidade de TMB (130.000 t/ano de resíduos), onde foram definidas exigências técnicas quanto aos principais impactos do empreendimento, os quais estão relacionados a aspectos de poluição do solo, água e ar, cumpridas e a serem cumpridas nas etapas de implantação e operação da unidade. Em 05.09.2014 foi emitida a Licença de Instalação – LI nº 21002723 e em 09.01.2015 foi emitida a Licença de Operação – LO parcial nº 21006369 (Processo nº 21/10237/14). Ressalta-se que a unidade de TMB é uma instalação que opera independentemente de outras unidades, para a reciclagem e redução do volume de resíduos, sendo os rejeitos encaminhados a aterros existentes da região. Seu licenciamento foi realizado com todos os rigores requeridos na avaliação dos impactos ambientais e representa um ganho para a gestão dos resíduos gerados no município, além do ganho ambiental.

Em 04.12.2014 foi protocolizado o EIA/RIMA para as Obras de implantação do Aterro Sanitário da CTR Palmeiras, sendo que em 28.04.2015 foi realizada Audiência Pública no município de Piracicaba e em 29.04.2015 no município de Itacemópolis.

Em 06.05.2015 foi realizada vistoria pelos técnicos da CETESB na área de implantação do empreendimento.

Em 29.10.2015 foi emitido o Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, por meio do qual foi concluído que as obras de implantação do empreendimento são ambientalmente viáveis, desde que implementados os planos, programas e as medidas ambientais apresentados no EIA e condicionadas ao atendimento das exigências técnicas constantes desse Parecer Técnico, uma vez que: o empreendimento possibilitará a disposição adequada dos resíduos sólidos da coleta domiciliar gerados no município de Piracicaba; trata-se de empreendimento que visa a prevenção e o controle da poluição, a proteção e a recuperação da qualidade ambiental, além da promoção da saúde pública; o empreendimento está em consonância com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e da Política Estadual de Resíduos (Lei Estadual nº 12.300/06), uma vez que, além do aterro de resíduos/rejeitos a CTR também dispõe de Unidade de Tratamento Mecânico Biológico – TMB; foram previstas na documentação analisada e no referido



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

Parecer Técnico, medidas de proteção ambiental para promover a operação segura do empreendimento com vistas ao resguardo da população, da flora e da fauna, do ar, das águas subterrâneas e superficiais e do solo; e não são esperadas alterações significativas para a região sob influência do empreendimento. Salienta-se que o empreendimento consta explicitamente no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos – PMGIRS de Piracicaba.

Em 06.11.2015 foram encaminhados o Parecer Técnico nº 124/15/IPSR (**cópia anexa**) e respectiva Súmula para a apreciação do CONSEMA.

Em 08.12.2015, por meio do Ofício CONSEMA 106/2015 foi realizada a convocatória para a 337ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, no dia 16.12.2015, estando prevista a apreciação do EIA/RIMA do empreendimento em referência.

Em 16.12.2015 foi emitida a Deliberação CONSEMA nº 25/2015 que concedeu ao Conselheiro Luis Felipe Tegon Cerqueira Leite, vistas ao Processo de licenciamento ambiental do empreendimento em referência (Processo nº CETESB nº 01/00194/13).

3 ATENDIMENTOS AO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE NÚCLEO PCJ-PIRACICABA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E OUTROS ATENDIMENTOS

Em 15.09.2014, por meio dos Ofícios nº 420/2014-act emitido em 26.08.2014 e nº 464/2014-act emitido em 15.09.2014 foram requisitadas pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo, informações sobre o licenciamento ambiental do empreendimento, sendo esta demanda atendida por meio da Informação Técnica nº 068/14/IPSR de 26.09.2014.

Em 12.06.2015 foi emitida por esta Companhia a Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP (**cópia anexa**) para atendimento ao Gabinete da Presidência da CETESB, para subsidiar resposta aos seguintes ofícios do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo, abaixo descritos:

- Ofício nº 307/2015-mao, de 29 de abril de 2015, no qual a Excelentíssima Promotora de Justiça comunica a instauração do Inquérito Civil nº 14.1096.0000001/2015-2, para apurar aspectos técnicos e jurídicos do Processo de Licenciamento Ambiental das Obras de Implantação do Centro de Tratamento de Resíduos – CTR Palmeiras em Piracicaba (SP), solicita informações pormenorizadas sobre o teor do Parecer Técnico IT 0950 – MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12, sobre a viabilidade técnica do funcionamento antecipado da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico – TMB, em instalação na CTR Palmeiras e sobre o volume de resíduos que poderá ser encaminhado para a unidade.
- Ofício nº 297/2015-act de 24 de abril de 2015, no qual a Excelentíssima Promotora de Justiça solicita informações atualizadas sobre o processo de licenciamento ambiental da unidade de TMB, ocorrido na Agência Ambiental de Piracicaba, incluindo as exigências técnicas das respectivas LI e LO e seu atendimento pelo empreendedor e reitera a solicitação de informações pormenorizadas sobre o teor do Parecer Técnico IT 0950 – MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12.
- Ofício nº 302/2015 de 27 de abril de 2015, no qual a Excelentíssima Promotora de Justiça solicita informações pormenorizadas sobre o Processo de Licenciamento Ambiental das Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Palmeiras, incluindo a unidade de TMB licenciada em separado pela Agência Ambiental de Piracicaba e as demais unidades previstas no EIA/RIMA da Central de Tratamento de Resíduos.

col

3/15
js



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

- Ofício nº 315/2015-ecbd, de 06 de maio de 2015, no qual a Excelentíssima Promotora de Justiça tece vários considerandos sobre o Processo de Licenciamento Ambiental das Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Palmeiras e da unidade de TMB, faz observações e recomendações relativas ao Licenciamento Ambiental da CTR Palmeiras, às Audiências Públicas sobre o empreendimento ocorridas em Piracicaba e em Iracemápolis e sobre o EIA-RIMA do empreendimento e solicita considerações pormenorizadas sobre os pareceres técnicos LT 0349-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12, de 24 de abril de 2015 e LT 0389-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12 de 06 de maio de 2015.

Em 19.11.2015, por meio de correspondência eletrônica, foi solicitado pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo, cópia do Parecer Técnico nº 124/15/IPSR entre outros documentos, sendo tal pedido atendido em 23.11.2015.

Em 23.11.2015 o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo emitiu o Ofício nº 908/2015-ecbd solicitando cópia integral do Processo nº 01/00194/13, sendo tal pedido atendido em 26.11.2015, com o envio pela CETESB de todo o material disponível em meio digital e informando sobre a impossibilidade de envio de cópias impressas dos demais documentos devido às orientações de contenção de gastos impostas pelo Governo do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 61.131 de 25.02.2015 e Decisão de Diretoria nº 124/2015/A de 25.05.2015).

Em 27.11.2015 o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo emitiu o Ofício nº 909/2015-ecbd, solicitando cópia digitalizada integral do Processo nº 01/00194/13, sendo tal pedido atendido em 02.12.2015.

Em 18.12.2015, por meio do Despacho Especial CONSEMA nº 110/2015, o CONSEMA encaminhou o Ofício nº 966/2015-ecbd do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do qual foi enviada mídia digital de diversos documentos referentes ao Inquérito Civil nº 14.1096.0000001/2015-2 para serem repassados aos membros desse Conselho, o que conforme informado pelo CONSEMA foi feito e, de, que se retirasse o EIA/RIMA em tela da pauta da 337ª Reunião, quando deveria ter sido apreciado. Foi informado pelo CONSEMA, ainda, que o representante do Ministério Público do CONSEMA solicitou e obteve vistas do processo, o que adiou a apreciação do EIA/RIMA pelo prazo regulamentar de 20 dias.

Em 18.12.2015, por meio do Despacho Especial CONSEMA nº 111/2015, foi encaminhado o Ofício nº 983/2015-ecbd, enviando o Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 elaborado pelo Biol. Michel Metran da Silva e pela Eng. Civil Caroline Tomazoni Santos em 10.12.2015, objeto da presente Informação Técnica.

Nesse sentido, verificou-se no decorrer do processo de licenciamento do empreendimento em referência, que o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente Núcleo PCJ-Piracicaba do Ministério Público do Estado de São Paulo acionou esta Companhia, no âmbito do Processo nº CETESB nº 01/00194/13, por diversas ocasiões, nas quais foram mobilizados recursos humanos/técnicos para os devidos atendimentos e esclarecimentos, assim como é realizado a quaisquer outros atores/partes interessadas nos processos de licenciamento.

Informa-se que além do Ministério Público, foram realizadas solicitações referentes à Audiência Pública do empreendimento pelo Presidente da Câmara Municipal de Iracemápolis, Sr. Pedro Marcelo Franco de Campos por meio do Ofício nº 119/2015 emitido em 07.05.15 e pelo Presidente



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

da Comissão Executiva Provisória do PR – Partido da República do município de Iracemápolis Sr. Daniel Giovanni da Silva por meio da correspondência s/n emitida em 05.05.15, sendo essas demandas atendidas por meio da Informação Técnica nº 069/15/IPSR de 31.08.2015.

4 INFORMAÇÃO

Considerando a necessidade de esclarecimentos relativos ao Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, segue manifestação acerca dos principais aspectos abordados no referido Parecer. Informa-se que tais esclarecimentos foram fundamentados nas informações obtidas no Processo de licenciamento ambiental, que incluem além do EIA/RIMA e complementações, todas as demais manifestações de outros órgãos e setores desta Companhia, das informações obtidas nas Audiências Públicas realizadas no município de Piracicaba e Iracemápolis, vistoria técnica na área de implantação do empreendimento e no próprio Parecer Técnico elaborado pela equipe técnica multidisciplinar desta CETESB que concluiu pela viabilidade ambiental do empreendimento, entre outras.

Conforme descrito, o Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 tem como escopo: *analisar os impactos ambientais do empreendimento, analisar a suficiência das medidas mitigadoras e compensatórias, analisar o atendimento do Termo de Referência, analisar as complementações determinadas pela CETESB diante da Recomendação MPSP nº 01-15, verificar o atendimento ou não de todas as demandas dos Comitês PCJ (GT – Empreendimentos) e f) realização de vistoria no local.*

Itens 2.1 Análise dos impactos ambientais e 2.2 suficiência das medidas mitigadoras e compensatórias

- Conforme Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 o *Estudo de Impacto Ambiental* disponibilizado no site do CONSEMA não apresentava o capítulo 8, que trata da avaliação de impactos ambientais e as matrizes de impactos (...).

Informa-se que no Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, por meio do qual foi concluído que as obras de implantação do Aterro Sanitário da CTR Palmeiras são ambientalmente viáveis, foram analisados os principais potenciais impactos ambientais ao meio ambiente, incluindo impactos cumulativos com a unidade de Tratamento Mecânico Biológico – TMB existente e devidamente licenciada, pela Agência Ambiental da CETESB, bem como, as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e, não só estas, mas também as exigidas pela CETESB.

Informa-se, ainda, que no item 2.1 *Análise dos impactos ambientais* do referido Parecer, não consta a indicação de quaisquer outros impactos nos compartimentos ambientais físico, biótico e socioeconômico, adicionais aos já analisados pela equipe técnica multidisciplinar desta Companhia no Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, e nem as respectivas medidas mitigadoras/compensatórias. No item 2.1 foi indicada falha nas cópias digitais de informações do EIA/RIMA, fato este já identificado anteriormente, conforme já descrito na Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP, onde consta que antes da realização das audiências públicas, foi identificada, na página eletrônica do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, a ausência dos arquivos digitais relativos aos capítulos do EIA/RIMA. Porém foi informado que estes arquivos foram disponibilizados antes da realização da Audiência Pública ocorrida em Piracicaba em 28 de abril de 2015 e, que é de responsabilidade do empreendedor fornecer cópia digital de igual teor à da via impressa do EIA/RIMA, tendo sido este devidamente alertado para providenciar os arquivos eletrônicos faltantes antes da realização da audiência. Ainda, de acordo com as informações encaminhadas pelo CONSEMA e constantes no Processo de licenciamento do empreendimento (Processo nº 01/00194/13), foi informado que além da cópia constante da página eletrônica do CONSEMA, cópia impressa do EIA/RIMA foi disponibilizada no período de 07 a 29 de abril de 2015 nos seguintes



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

locais: Secretaria de Defesa do Meio Ambiente – SEDEMA no município de Piracicaba e Clube Recreativo e Cultural de Iracemápolis no município de Iracemápolis.

Salienta-se que a suposta falta de informações necessárias para a análise da viabilidade ambiental está superada, uma vez que as informações disponíveis no Processo foram consideradas suficientes pela equipe técnica multidisciplinar que realizou tal análise, sendo concluída pela viabilidade ambiental do empreendimento.

- Conforme Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, *todos os impactos ambientais decorrentes das instalações do TMB já foram consolidados e não houve até o momento, nenhum programa ambiental executado para a sua mitigação e, que, o impacto intensificação dos processos de dinâmica superficial que acometerá o aterro sanitário, também acometeu a instalação do TMB, com extensas áreas de solo exposto e consequente intensificação dos processos de lixiviação.*

Informa-se que com relação à unidade de Tratamento Mecânico Biológico – TMB, conforme já esclarecido anteriormente por meio da Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP, a implantação dessa unidade foi devidamente analisada no âmbito da Agência Ambiental de Piracicaba, sendo que nas licenças ambientais da unidade de TMB foram definidas as exigências técnicas pertinentes, que estão relacionadas aos aspectos de poluição do solo, água e ar, cumpridas e a serem cumpridas nas etapas de implantação e operação da unidade. Ressalta-se que a Agência Ambiental de Piracicaba realiza o controle e a fiscalização do empreendimento. Assim sendo, cópia do Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 será encaminhado para a Agência Ambiental de Piracicaba para ciência e o que couber.

- No Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, consta que: *descobriu-se que o empreendimento em questão ocupa cumulativamente mais da metade do Padrão de Qualidade do Ar (PQAR), Padrão Final Horário estabelecido para a região do aterro. Ainda segundo a CETESB, o estudo apresentado em Set/2015 esta subdimensionado, o qual precisará ser refeito. Como então se atestava que a instalação e operação do TMB, em meados de Jan/2015, não causariam danos à qualidade do ar, visto que o estudo, ainda incompleto, foi apresentado somente em Set/2015? Ainda, como o TMB opera parcialmente hoje sem qualquer sistema de controle de emissões?*

Conforme descrito no Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, a Divisão de Avaliação de Ar, Ruído e Vibrações – IPA da CETESB se manifestou quanto aos aspectos de emissões atmosféricas, informando que foi verificado que não há ultrapassagem dos padrões de qualidade do ar fora do limite do empreendimento, sendo que o acréscimo em função da implantação do aterro é pouco significativo.

Porém no caso de NO_x, observou-se que o estudo de dispersão sinaliza que a estimativa de emissão do empreendimento em questão poderá ocupar mais da metade do PQAR PF horário em 2055. Portanto, foi sugerido que o interessado, a médio prazo, implante medidas de redução de emissão de NO_x e instale monitoramento contínuo de NO_x e O₂ nas fontes onde há combustão, com a finalidade de monitorar e controlar estas emissões.

Cabe ressaltar que o estudo de dispersão tende a superestimar as concentrações na atmosfera e que o Decreto 59.113/13 estabelece que a fonte de emissão não pode ultrapassar o padrão de qualidade do ar fora do limite do empreendimento, não havendo restrição ao percentual de ocupação do padrão por cada fonte. As medidas de redução de NO_x possuem o caráter preventivo, buscando uma melhoria contínua, somente cabendo quando a geração de gás do aterro atingir uma emissão significativa, que deverá ocorrer por volta de 2055.



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

Por outro lado, essas concentrações não se estendem por toda a bacia aérea e se restringem a uma área bastante limitada conforme indicada nas modelagens efetuadas. Quanto ao fato de que hoje o TMB opera parcialmente sem controle de emissões, esta afirmação deverá ser equacionada nos processos administrativos apropriados a cargo da Agência Ambiental.

- No Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 consta: *Como então só programas ambientais necessários para eventual resgate de material arqueológico encontrado durante a instalação da TMB seriam realizados se sequer foram detalhados e/ou requeridos estes Programas?*

Conforme já informado, a unidade de TMB foi devidamente licenciada em Processo Administrativo próprio, cujos impactos foram devidamente analisados no âmbito da Agência Ambiental de Piracicaba, sendo que nas licenças ambientais da unidade de TMB foram definidas as exigências técnicas pertinentes, que estão relacionadas aos aspectos de poluição do solo, água e ar, cumpridas e a serem cumpridas nas etapas de implantação e operação da unidade.

Além disso, tem-se a comentar que de acordo com o Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, foi apresentado um diagnóstico arqueológico da CTR elaborado pelos arqueólogos Prof. Dr. Plácido Cali e MSc. Marianne Sallum em 04/2015, constando que foram realizadas sondagens de subsuperfície em caráter amostral na gleba da CTR. Consta, ainda, no referido Parecer que: "(...) os estudos arqueológicos das áreas que serão afetadas pelas obras da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba – CTR Palmeiras não identificaram qualquer sítio arqueológico (...) Entretanto, foram encontrados vários fragmentos de faianças das décadas de 1940 e 1950 (...)". O referido documento foi protocolizado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o qual se manifestou por meio do Ofício nº 1204/2015 – IPHAN/SP emitido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 03.09.2015, no qual consta: "(...) na perspectiva da salvaguarda do Patrimônio Arqueológico, acolhemos o Relatório e manifestamo-nos favoráveis à anuência da Licença Prévia (LP) para o empreendimento em comento (...) Em continuidade, aguardamos a apresentação junto a este IPHAN de um Projeto de Programa de Prospecções intensivas com vistas à obtenção da Licença de Instalação e solicitamos que para a próxima etapa de estudos sejam observadas as seguintes recomendações:

1. Avaliação da relevância e eventuais medidas mitigatórias, se for o caso, para os vestígios de meados do século XX identificados no sul da ADA;
2. Apresentação no Relatório final de fotos e descrição estratigráfica para cada intervenção realizada, além dos dados já apresentados no relatório em tela, tais como georreferenciamento, profundidades e mapa dos pontos prospectados.

Assim sendo, esclarece-se que o assunto foi tratado pelos arqueólogos responsáveis e pelo IPHAN. Salieta-se que conforme Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é o órgão responsável pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros.

Item 2.3) atendimento do Termo de Referência

- Conforme Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, já havia sido indicado no Parecer Técnico LT 0389-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, (13) pontos desconformes entre o que havia sido requerido no Termo de Referência e aquilo apresentado no Estudo de Impacto Ambiental. Dos treze (13) pontos, sete (07) deles continuam desconformes, cinco (05) foram atendidos e um (01) foi atendido parcialmente.

Conforme Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP o Termo de Referência é o documento que estabelece as diretrizes e critérios gerais para a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, nos termos da Resolução SMA nº 49/2014.

7/15
J.

Além disso, no processo de avaliação da viabilidade ambiental foram verificadas as informações apresentadas no EIA/RIMA. É procedimento tal verificação e, nos casos em que as informações são insuficientes para uma manifestação conclusiva quanto à viabilidade ambiental, são solicitadas informações complementares ao empreendedor. Nesse sentido, informa-se que de acordo com o Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, em 28.04.2015 e em 26.08.2015 foram solicitadas informações complementares, as quais foram apresentadas pelo empreendedor em 28.05.2015 e em 28.09.2015. Conforme descrito anteriormente as informações disponíveis no Processo foram consideradas suficientes pela equipe técnica que o analisou, sendo concluída pela viabilidade ambiental do empreendimento. Assim sendo, esclarece-se que esse aspecto está superado.

No entanto, seguem esclarecimentos sobre os itens apontados pelos peritos do Ministério Público como não atendidos ou atendidos de forma parcial:

- De acordo com o Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, os dados disponibilizados no EIA/RIMA, identificou-se que a equipe que elaborou o estudo é composta de 18 profissionais com ensino superior vinculados a área ambiental, e que destes, dois não estão vinculados aos seus respectivos Conselho de Classe. Mais que isso, apenas dois deles emitiram ART de responsabilidade pelo estudo e apenas outros dois deles tem cadastro no IBAMA. A CETESB não se manifesta em relação a isso e nem solicita complementações ao empreendedor.

Com relação à atuação dos profissionais que elaboram o estudo ambiental, informa-se que é de responsabilidade do respectivo Conselho de Classe a fiscalização, controle, orientação e aprimoramento do exercício das atividades profissionais, não se tratando de atribuição desta Companhia. Informa-se, ainda, que conforme Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, o Eng. Sérgio Augusto Caruso é indicado como responsável pela elaboração do EIA/RIMA do empreendimento em referência, sendo apresentada a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 92221220140997394 emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo.

Informa-se que os pareceres enviados anteriormente pelo Ministério Público, que tratam de temas diversos no âmbito do processo de licenciamento do empreendimento, não foram elaborados por equipe multidisciplinar.

- Consta no Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 que: “a empresa responsável pelo EIA/RIMA deveria considerar os principais grupos geradores de resíduos sólidos urbanos que serão atendidos pelo empreendimento, considerando uma projeção futura de geração pelo aumento da população local e dos demais municípios de abrangência do projeto.”

Conforme já esclarecido anteriormente na Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP o empreendimento receberá 400 toneladas/dia de resíduos gerados no município de Piracicaba e o EIA/RIMA apresentado, refere-se a um Aterro Sanitário que atenderá somente o município de Piracicaba. Qualquer alteração nestes parâmetros requererá uma nova avaliação pela CETESB. Saliêta-se que conforme Parecer Técnico nº 124/15/IPSR com o tratamento prévio na unidade de Tratamento Mecânico Biológico - TMB haverá a redução do volume de resíduos a ser disposto no aterro em cerca de 40%. Considerando a massa específica dos resíduos como sendo 1,0 t/m³ e o recebimento diário de 400 toneladas de resíduos gerados no município de Piracicaba, foi estimada vida útil para este aterro de 39 anos.

- Consta no Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 que: “(...) a partir do plano de trabalho disponibilizado pelo próprio empreendedor, que já destacava a importância da CTR-Palmeiras na escala regional. Contudo a CTR vem sendo licenciada



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo, - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

para atender exclusivamente o município de Piracicaba, apesar do interesse e manifestação da administração municipal pela abrangência regional, sem contudo, quantificar adequadamente os impactos ambientais."

Esse esclarecimento foi fornecido no item anterior da presente Informação Técnica, ou seja, o empreendimento objeto do EIA/RIMA analisado atenderá somente o município de Piracicaba, com capacidade de 400 t/dia. Qualquer alteração nestes parâmetros requererá uma nova avaliação pela CETESB.

- Consta no Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 que: "(...) de acordo com o TdR a empresa responsável pelo EIA/RIMA deveria apresentar as alternativas tecnológicas do empreendimento e indicar as vantagens e desvantagens das diferentes alternativas considerando os aspectos de ordem técnica, econômica e ambiental (...) falta clareza sobre qual seria a melhor alternativa tecnológica a ser adotada para tratamento dos resíduos sólidos do município de Piracicaba, visto que se considera inclusive a possibilidade de instalação de um incinerador em Piracicaba!." No referido Parecer consta, ainda, que: "(...) a alternativa adotada de implantação da CTR Palmeiras não tem viabilidade econômico-financeira, impondo um substancial prejuízo ao erário público municipal quando comparado à manutenção do serviço anterior (com disposição no Aterro Estre, em Paulínia)."

Informa-se que no empreendimento proposto, o qual foi objeto de manifestação do Parecer Técnico nº 124/15/IPSR não está prevista incineração. Conforme descrito no referido Parecer, a escolha por um aterro, quando comparada às principais opções apresentadas para a destinação dos resíduos sólidos, mostrou-se a mais viável em termos técnicos, ambientais e, sobretudo, econômicos, uma vez que o aterro sanitário será implantado para receber os rejeitos da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico - TMB, sistema esse que promove a reciclagem e a redução do volume de resíduos sólidos domiciliares a serem dispostos, por meio da separação mecânica e da biodigestão da fração orgânica dos resíduos.

Conforme descrito no Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, com a implantação do empreendimento, será possível reduzir os custos com o transporte de resíduos/rejeitos e de destinação final, uma vez que atualmente os mesmos são encaminhados para aterros particulares fora do município. Além disso, conforme já esclarecido anteriormente na Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP, em função da necessidade de redução de custos da disposição final dos resíduos gerados em Piracicaba, foi realizado o licenciamento da unidade de TMB para a redução do volume de rejeitos.

Salienta-se que informações adicionais referentes aos custos sobre disposição final dos resíduos gerados no município de Piracicaba deverão ser obtidas junto à municipalidade/empreendedor, os quais firmaram Parceria Público Privada. Adicionalmente, informa-se que os custos constantes do EIA para efeito da avaliação da compensação relativa à Lei Federal nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências é de R\$ 24.954.790,53 (vinte e quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos).

- Consta no Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 que: "(...) de acordo com o TdR a empresa responsável pelo EIA/RIMA deve apresentar a classificação das tipologias dos resíduos, contemplando uma descrição detalhada das características qualitativas e quantitativas dos resíduos, tal como um estudo de composição gravimétrica dos resíduos que serão recebidos no aterro. Nenhum estudo gravimétrico foi apresentado."

De acordo com o Parecer Técnico nº 058/13/IPSR que trata da Definição do Termo de Referência - TR para a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA das Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba - CTR Palmeiras foi solicitado que o interessado abordasse os aspectos de Classificação, segundo a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 10.004/2004 - Resíduos Sólidos - Classificação, de todas as tipologias de resíduos a serem recebidos na CTR Palmeiras, incluindo uma descrição detalhada das características qualitativa e quantitativa. Observa-se que em nenhum momento foi solicitado o estudo gravimétrico, que é a razão da massa de um componente de resíduos em função da massa total de resíduos contida em uma amostra heterogênea analisada. Tal análise gravimétrica, de acordo com a definição da ECOURBIS (Caracterização dos resíduos sólidos domiciliares do Município de São Paulo - Estação de Transbordo Vergueiro - Anual 2009 / 1º Quadrimestre 2010), *fornece um perfil de resíduo, no qual é identificado, por exemplo, a quantidade de material reciclável presente no lixo*. As demais informações como classificação e quantitativos de resíduos, dentre outras necessárias para esta fase do licenciamento, foram devidamente apresentadas.

- Conforme Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, "(...) de acordo com o TdR a empresa responsável pelo EIA/RIMA deveria apresentar a descrição detalhada do processo de recebimento de resíduos, capacidade do aterro dentre outros itens correlatos. Tais descritivos requeridos no TdR não foram apresentados (...)".

Como pode ser observado no Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, o Aterro Sanitário objeto do EIA/RIMA tem capacidade de acondicionar 3.901.052 m³ de resíduos sólidos. Entretanto, convém esclarecer que o TR foi elaborado considerando a implantação do maciço de resíduos e do TMB, desta forma algumas solicitações constantes no TR não se aplicam a implantação do aterro em pauta, dentre os itens que não se aplicam tem-se a descrição detalhada do processo de recebimento de resíduos dentre outros itens correlatos.

- Consta no Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, que: "(...) de acordo com o TdR a empresa responsável pelo EIA/RIMA deveria apresentar: (...) fluxograma geral do projeto com indicação dos principais equipamentos e saídas de massa no processo (...) balanço de massa detalhado de todo o processamento, desde os resíduos sólidos encaminhados para o processo de digestão até a geração de águas residuárias (...)".

Informa-se que tais aspectos referem-se à unidade de TMB, a qual conforme já informado anteriormente foi devidamente licenciada em Processo Administrativo próprio, cujos impactos foram devidamente analisados no âmbito da Agência Ambiental de Piracicaba, sendo que nas licenças ambientais da unidade de TMB foram definidas as exigências técnicas pertinentes, que estão relacionadas à aspectos de poluição do solo, água e ar, cumpridas e a serem cumpridas nas etapas de implantação e operação da unidade. Reitera-se que o objeto da análise da viabilidade constante do Parecer Técnico nº 124/15/IPSR é o aterro da CTR Palmeiras.

- Consta no Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, que: "(...) o TdR requeria que fosse apresentado um Plano de encerramento da CTR Palmeiras no EIA, possibilitando avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento. Contudo, tal obrigação foi postergada por meio do Parecer Técnico nº 124/15/IPSR (...)".

Em virtude do teor do questionamento convém esclarecer que conforme o MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA O LICENCIAMENTO COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (CETESB, 2014), o licenciamento ambiental deve ser realizado em três fases do planejamento, implantação e operação do projeto, conforme definido no artigo 8º da Resolução CONAMA nº 237/97, ou seja:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Especificamente quanto ao Plano de Encerramento da CTR Palmeiras, nessa fase de licenciamento (LP) foram observadas sua concepção e projeto básico de engenharia, tendo sido definidas as exigências técnicas que deverão ser atendidas antes do encerramento do empreendimento, como se observa no Parecer Técnico nº 124/15/IPSR. Ainda, cabe esclarecer que a estimativa da vida útil do empreendimento é de 39 anos e, portanto, não faz sentido exigir um Plano de Encerramento detalhado hoje, sendo que em futuro próximo poderão surgir novas tecnologias e/ou metodologias de encerramento que poderão atingir melhores resultados ambientais. Informa-se que esta exigência pode ser feita a qualquer momento, quando da solicitação da renovação da Licença de Operação - LO.

Item 2.4 Complementações determinadas pela CETESB diante da Recomendação MPSP nº 01-15

De acordo com o Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15, a Recomendação nº 01/2015 de 06.05.2015 apontava problemas ocorridos ao longo do processo de licenciamento ambiental, concepção do empreendimento; detalhamento de processos e fluxos do CTR Palmeiras, dentre outros pontos.

Segue quadro resumo com descrição dos itens da Recomendação nº 01/2015 de 06.05.2015 e respectivas considerações dos peritos do Ministério Público:

Itens da Recomendação nº 01/2015	Considerações dos peritos do Ministério Público
a) Atendem, no mínimo e sem prejuízo de outras previsões legais, a todas críticas e sugestões efetuadas quando das audiências públicas, as posteriores contribuições efetuadas nos termos do artigo 20 da Deliberação CONSEMA Normativa nº 011/2011 e demais atinentes à viabilidade e regularidade do empreendimento;	Caráter informativo. O órgão licenciador fez menção (atentou) aos diversos documentos que apresentavam pontos falhos sem, contudo, atendê-los integralmente.
b) Determinem a realização de novas audiências públicas, diante da nulidade daquelas ocorridas nos dias 28 e 29 de abril de 2015, em Piracicaba e Itacemápolis, com a determinação de novas datas oportunamente, para cumprimento integral dos ditames legais e constitucionais;	Não atendido. Até o momento não há qualquer manifestação nos autos sobre a realização de novas audiências públicas. Apenas há manifestação expressa na 'Informação Técnica CETESB nº 0112015/IP/IPSRCJ/CJP' (fls. 772-792), mencionando que "entende-se que é possível realizar novas audiências públicas para que as dúvidas pendentes sejam devidamente esclarecidas.
c) Abstenham-se de emitir a Licença Prévia com relação ao "A TERRO PALMEIRAS" e outras licenças do todo ou de partes do empreendimento, até que todas as deficiências, omissões e irregularidades no Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e no procedimento de licenciamento sejam sanadas;	Não atendido. No que tange à Licença Prévia do Aterro Palmeiras, houve o encaminhamento do processo ao CONSEMA, procedendo, portanto, à continuidade do licenciamento, conforme Ofício CONSEMA nº 97 de 09.11.201518, visando expedição da Licença Prévia (LP). Ainda, em 26.11.2015 houve a emissão de Licença Prévia nº 21001929 pela Agência Ambiental de Piracicaba, com a finalidade de promover a ampliação dos pátios de secagem (compostagem) da CTR Palmeiras. dentre outras licenças recém-emitidas (vide mais em 2.6.2 Licenças Ambientais e Acúmulo de Resíduos).



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

<p>d) <i>Determinem a complementação do atual EIA/RIMA do ATERRO SANITÁRIO PALMEIRAS a fim de:</i></p> <p>1. <i>Considerar os impactos cumulativos e sinérgicos de todas as unidades que compõem a Central de Tratamento de Resíduos (CTR-Palmeiras) (Unidade de Tratamento Mecânico.Biológico, Recepção e Pré- Tratamento dos Resíduos, Recebimento e Trituração de Resíduos Verdes e Aterro Sanitário), de forma integrada;</i></p>	<p>Atendido. O Parecer Técnico CETESB nº 124/15/IPSR de 29.10.2015 avaliou quais os impactos citados pelo empreendedor no EIA-RIMA do Aterro Sanitário e de que maneira os impactos eram agravados devido à instalação do TMB.</p>
<p>2. <i>Considerar os impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes da pretensão/plano da Administração Municipal de gerenciar resíduos gerados por até 30 outros municípios, conforme anunciado e medidas adotadas para colocar em prática tal plano governamental, para todas as unidades que compõem a Central de Tratamento de Resíduos CTR-Palmeiras;</i></p>	<p>Não atendido. Apesar de reiteradamente manifestado que o aterro sanitário tem por objetivo servir exclusivamente ao Município de Piracicaba, configurando-se, portanto, como um Aterro Municipal - inclusive com a afirmação durante a Audiência Pública realizada em Piracicaba - operando com capacidade de receber rejeitos estimados em 400 toneladas por dia, são outras as expectativas para o referido empreendimento amplamente propagadas na região.</p>
<p>3. <i>Atender integralmente o Termo de Referência (TdR) em todos os seus requisitos;</i></p>	<p>Não atendido. Vide item 2.3 Atendimento do Termo de Referência.</p>
<p>4. <i>Sanar todos os pontos levantados na presente RECOMENDAÇÃO, bem como nos Pareceres Técnicos elaborados pelo Assistente Técnico de Promotoria, Michel Metran da Silva, sobre o empreendimento em questão, que esta acompanham (em via impressa e digital), que fazem parte integrante da presente recomendação;</i></p>	<p>Não atendido. Vide item 2.4 Complementações determinadas pela CETESB, diante da Recomendação MPSP nº 01-15.</p>
<p>5. <i>Sanar todos os demais aspectos e irregularidades contidos na presente recomendação;</i></p>	<p>Não atendido. Vide item 2.4 Complementações determinadas pela CETESB, diante da Recomendação MPSP nº 01-15.</p>
<p>6. <i>Sanar todas e quaisquer outras irregularidades que este órgão ambiental possa identificar a partir das informações ora trazidas, ou que de qualquer forma se tenha conhecimento posterior;</i></p>	<p>Não atendido.</p>
<p>e) <i>Diante da ilegalidade na fragmentação do licenciamento da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico e de Campos/agem da Central de Tratamento de Resíduos (CTR Palmeiras), que está sendo conduzida pela Agência Ambiental de Piracicaba (CJP, CETESB), descumprindo procedimentos legais e administrativos expressamente previstos, que sejam anuladas as licenças expedidas (LP, LI e LP), retornando o licenciamento à Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (Departamento de Avaliação de Empreendimentos), para o fim de reincorporando a avaliação dos impactos ambientais quando da complementação do Estudo de Impacto Ambiental pela empresa Piracicaba Ambiental S/A, para a análise integrada dos impactos da Central de Tratamento de Resíduos Palmeiras como um todo, formado por unidades que deverão necessariamente funcionar de forma integrada, como originalmente determinado pela CETESB.</i></p>	<p>Não atendido. Não há nenhuma informação de que qualquer licença expedida tenha sido anulada. Pelo contrário, conforme citado anteriormente, há inclusive novas licenças sendo expedidas pela Agência Ambiental de Piracicaba (vide mais em 2.6.1 Processos na Agência Ambiental de Piracicaba). Segundo o entendimento da CETESB, "sob o ponto de vista técnico, foram cumpridos pela CETESB todos os requisitos necessários para a concessão das licenças", conforme Informação Técnica CETESB nº 0112015/IP/IPSR/CJ/CJP.</p>

Cabe informar que de acordo com a Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP, com relação às recomendações e determinações a), d) (...), informamos que serão atendidas pela equipe técnica envolvida na análise da viabilidade ambiental da CTR Palmeiras. Quanto à recomendação b), entende-se que é possível realizar novas audiências públicas para que as dúvidas pendentes sejam devidamente esclarecidas. Em relação à recomendação c), informamos que a Licença Ambiental Prévia para a CTR Palmeiras só será emitida após a conclusão da análise da viabilidade ambiental do empreendimento ora em curso, a qual inclui a apreciação pelo CONSEMA, caso demonstrada a viabilidade ambiental. Quanto à recomendação e) entendemos que, sob o ponto de vista técnico, foram cumpridos pela CETESB todos os requisitos necessários para a concessão das licenças, tendo sido esclarecidos nesta Informação Técnica todos os questionamentos do GAEMA.

Em atenção ao exposto tem-se a esclarecer:

Quanto ao item a

A análise da viabilidade ambiental foi fundamentada nos documentos constantes do Processo nº 00194/13, salientando o EIA/RIMA e complementações, manifestações de outros órgãos e setores desta Companhia, contribuições obtidas nas Audiências Públicas realizadas nos municípios de Piracicaba e Itacemópolis, vistoria técnica na área de implantação do empreendimento, entre



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

outras. Tais informações foram consideradas, pela equipe técnica multidisciplinar, suficientes para a conclusão da análise.

Quanto ao item b

Informa-se que as Audiências Públicas realizadas nos municípios de Piracicaba e Iracemápolis se mostraram suficientes para a conclusão da análise da viabilidade ambiental, não se fazendo necessária a realização de novas Audiências.

Salienta-se que nas Audiências Públicas realizadas nos municípios de Piracicaba e Iracemápolis, respectivamente em 28.04.2015 e 29.04.2015, foram estritamente cumpridos pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA todos os requisitos exigidos para divulgação e disponibilização de informações pela Deliberação Normativa nº 01/2011 daquele conselho, que “estabelece normas para solicitação, convocação e realização de audiências públicas”, incluindo disponibilização do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA nas dependências da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente – SEDEMA, no município de Piracicaba e Clube Recreativo e Cultura de Iracemápolis – CRECI, no município de Iracemápolis, no período de 07.04.2015 a 29.04.2015, além de divulgação via rádio e jornais.

Informa-se que o empreendedor pode realizar reuniões públicas com os diversos setores envolvidos visando esclarecer questões que possam remanescer.

Quanto ao item c

Reitera-se a informação prestada na Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP.

Quanto ao item d (1)

Nada a comentar.

Quanto ao item d(2)

Conforme já esclarecido na Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP, o empreendimento refere-se a um Aterro Sanitário que atenderá somente o município de Piracicaba, com capacidade de 400 t/dia. Qualquer alteração nestes parâmetros requererá uma nova avaliação pela CETESB.

Quanto ao item d(3)

Vide esclarecimentos prestados ao item 2.3.

Quanto aos itens d(4), d(5) e d(6)

Ressalta-se que as informações constantes do processo de licenciamento ambiental foram suficientes para a conclusão da análise da viabilidade ambiental conforme já informado. Não há o que se falar em irregularidades técnicas ou legais no processo de licenciamento ambiental do empreendimento em referência conduzido nesta Companhia, salientando os esclarecimentos fornecidos anteriormente, bem como os da presente Informação Técnica.

Quanto ao item e

Conforme já descrito na Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP: *entendemos que, sob o ponto de vista técnico, foram cumpridos pela CETESB todos os requisitos necessários para a concessão das licenças, tendo sido esclarecidos (...) todos os questionamentos do GAEMA.*

Reitera-se que o que ocorreu de fato foi o licenciamento prévio da unidade de TMB, pela Agência Ambiental, de forma a atender a necessidade de otimização da gestão de resíduos no município de Piracicaba, em atendimento às Políticas Nacional e Estadual de Resíduos e para redução de custos da disposição final dos resíduos, os quais estão sendo enviados atualmente para disposição final em aterros sanitários localizados em outro município. Informa-se que não houve comprometimento da análise de viabilidade ambiental do empreendimento, uma vez que foi considerada na análise da



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

viabilidade do empreendimento a presença da unidade de TMB que foi devidamente licenciada pela Agência Ambiental da CETESB.

Item 2.5 Verificar o atendimento ou não de todas as demandas dos Comitês PCJ (GT – Empreendimentos)

Conforme Parecer Técnico nº 124/15/IPSR, durante a análise da viabilidade ambiental do empreendimento, ainda que não estejam previstas interferências em recursos hídricos superficiais, foi solicitada pela CETESB e obtida a manifestação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios do Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI nº 05 - PCJ) por meio do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2015 de 20.07.2015 sobre a implantação do empreendimento. No Parecer Técnico nº 124/15/IPSR consta que “não recomenda a emissão da Licença Prévia face aos grandes riscos ambientais relacionados ao recursos hídricos que este empreendimento apresenta, os quais não foram abordados no EIA/ RIMA apresentado” e questionou, principalmente, os seguintes aspectos relativos à implantação do empreendimento na área proposta:

- Análise do estudo ambiental e critérios de projeto
- Interferências em recursos hídricos
- Municípios abrangidos pelo empreendimento
- Sistemas de proteção ambiental
- Transporte e tratamento dos líquidos percolados gerados no empreendimento

Com relação aos apontamentos referentes ao estudo ambiental apresentado pelo empreendedor, o EIA/RIMA, assim como os demais documentos e contribuições constantes do processo de licenciamento ambiental prévio, se mostrou suficiente para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento, objeto deste Parecer Técnico. Quanto aos critérios de projeto, o item CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO deste Parecer contempla as características e unidades que compõe o aterro da CTR Palmeiras, sendo que o detalhamento do projeto executivo será apresentado pelo empreendedor na fase de licença de instalação, conforme solicitado no item INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE DINÂMICA SUPERFICIAL.

Ainda em relação aos critérios de projeto, o estudo apresentado contempla os seguintes sistemas de proteção ambiental: impermeabilização; coleta de percolato; lagoas de acumulação de percolato; drenagem de gás; drenagem pluvial, entre outros. O detalhamento de tais sistemas será apresentado no âmbito do projeto executivo, conforme solicitado nos itens INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE DINÂMICA SUPERFICIAL e POTENCIAIS IMPACTOS NO SOLO E SOBRE AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS.

Quanto à destinação dos líquidos percolados, estes serão encaminhados para a Estação de Tratamento de Esgoto Bela Vista, conforme Termo de Aceitação de Efluentes Líquidos do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba – SEMAE, apresentada nos autos e, dessa forma, não está previsto lançamento de líquidos percolados em recursos hídricos superficiais.

Em relação aos recursos hídricos subterrâneos, conforme descrito no item POTENCIAIS IMPACTOS NO SOLO E SOBRE AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, o poço artesiano destinado ao abastecimento de água da CTR foi devidamente outorgado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, sendo apresentada pelo empreendedor cópia da Portaria DAEE nº 2645 de 30.10.2014 (...).

Portanto, a análise dos demais aspectos levantados pelo CBH-BT foi devidamente considerada, conforme demonstrado, à exaustão nas informações elaboradas e no Parecer Técnico nº 124/15/IPSR.



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 004/16/IPSR

Data: 12.01.2016

2.6 Outras considerações

No item 2.6 do Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 constam considerações referentes à unidade de TMB, incluindo observações em vistoria técnica realizada em 30.11.2015, com verificações sobre o funcionamento parcial da CTR Palmeiras, funcionamento pleno da unidade de TMB, análise de condicionantes da Licença de Operação da unidade de TMB, entre outras.

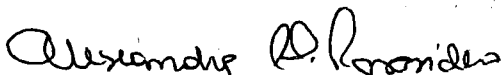
Considerando que a Agência Ambiental de Piracicaba realiza o controle e fiscalização, bem como, emitiu as licenças ambientais para a unidade de TMB, informa-se que será encaminhada cópia do Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 para a mesma para ciência e o que couber, conforme já informado na presente informação técnica no atendimento do item 2.1 do referido Parecer.


5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto e considerando os esclarecimentos fornecidos ao Ministério Público em outras ocasiões por esta Companhia, bem como aqueles narrados no item 4 desta Informação Técnica, tem-se que o Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 não trouxe novos fatos pertinentes que alterassem o conteúdo do Parecer Técnico nº 124/15/IPSR de 29.10.2015 referente à análise da viabilidade ambiental do empreendimento, tão pouco constatou quaisquer equívocos ou falta de rigor na condução do licenciamento ambiental do empreendimento, o qual foi realizado em observância à legislação ambiental vigente.

No entanto, face ao conteúdo do Parecer Técnico LT 1118-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15 também se referir ao licenciamento da unidade de TMB, incluindo observações em vistoria técnica realizada na área em 30.11.2015, será encaminhada cópia do referido Parecer e da presente Informação Técnica para a Agência Ambiental de Piracicaba, que realiza o controle e a fiscalização dessa unidade, para ciência e o que couber.

Reiteramos que participaram da avaliação ambiental do empreendimento diversos profissionais, incluindo os técnicos que consolidaram as informações e elaboraram o parecer técnico de viabilidade, técnicos de outras áreas da CETESB (IPA e CJP), IPHAN, DAEE, além daqueles que elaboraram o EIA/RIMA e os demais documentos produzidos pelo empreendedor, todos com registro no respectivo órgão/Conselho Regional, tais como CREA, CRBio, entre outros.

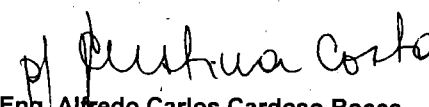

Biol. Alexandra A. S. Papasidero
Reg. 6598 - CRBio: 39884/01-D


Eng. Valéria Soares
Reg. 7027 - CREA: 5061095674

Ciente e de acordo:

Ciente e de acordo:


Eng. Pedro Renteado de Castro Neto
Gerente do Setor de Avaliação de
Sistemas de Tratamento de Resíduos - IPSR
Reg. 2095 - CREA 060074187


Eng. Alfredo Carlos Cardoso Rocca
Gerente do Departamento de Avaliação Ambiental de
Projetos e Processos
Reg. 3264 - CREA 0600963855